



GARANTIA DE PAGAMENTO

Penhora no rosto da recuperação judicial para resguardar crédito tributário é cabível

Danilo Vital

5 de janeiro de 2026, 8h49

Recuperação Judicial Tributário

É legal a penhora no rosto dos autos da recuperação judicial para fins de resguardar o recebimento de créditos tributários da Fazenda Pública.

A conclusão é da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que acolheu recurso especial do estado de São Paulo em uma disputa tributária contra uma empresa de venda de roupas que está em recuperação judicial.

O Fisco estadual ajuizou execução fiscal para cobrar créditos de ICMS inscritos em dívida ativa. Foram adotadas diversas medidas de constrição, todas sem sucesso. A tentativa seguinte foi a penhora no rosto dos autos da recuperação judicial.

Trata-se de um procedimento para garantir ao credor o pagamento de uma dívida por meio do crédito que o devedor tem a receber em outro processo judicial.

Penhora



Envato

STJ entendeu que é legal a penhora no rosto dos autos da RJ para resguardar crédito tributário devido pela empresa

[APOIO](#)



entender que deveria ser oficiado o juízo da recuperação judicial para verificar a viabilidade da penhora.

Essa exigência foi desfeita pela 2ª Turma do STJ com base nas alterações na **Lei de Recuperação Judicial e Falências (Lei 11.101/2005)** promovidas pela **Lei 14.112/2020**. Ela **reequilibrou a relação entre RJ e execuções fiscais**.

Desde então, o juízo da execução fiscal tem competência para determinar atos de constrição do patrimônio da empresa que está em recuperação judicial.

O juízo da RJ, por sua vez, não pode substituir a penhora se ela recair sobre todo e qualquer bem, mas apenas sobre “bens de capital” essenciais à manutenção da atividade empresarial, até o encerramento da recuperação judicial.

Prejuízo nenhum

Relator do recurso especial, o ministro Francisco Falcão apontou que, nessa situação, a penhora registrada no processo não atrapalha a recuperação da empresa, pois não confisca os bens de forma imediata.

“É possível a penhora no rosto dos autos da recuperação judicial para fins de resguardar o recebimento dos créditos tributários da Fazenda Pública, devendo o juízo da recuperação judicial, mediante cooperação jurisdicional, avaliar para que a futura constrição não recaia sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial, em observância à preservação da empresa”, explicou o magistrado.

“Caso não haja créditos imediatos a receber da empresa recuperanda, ainda que a medida não produza efeitos patrimoniais imediatos, persiste sua eficácia no sentido de publicizar os débitos tributários da recuperanda”, acrescentou ele.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão
REsp 2.216.490

[Danilo Vital](#)

é correspondente da revista **Consultor Jurídico** em Brasília.

VER COMENTÁRIOS

Tags: [execução fiscal](#) [Lei 11.101/2005](#) [penhora no rosto dos autos](#)
[recuperação judicial](#) [STJ](#) [superior tribunal de justiça](#) [tributário](#)



[compartilhe](#)

Digite seu e-mail

RECEBER

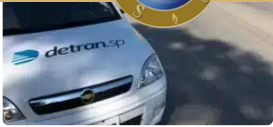


Encontrou um erro? [Avise nossa equipe!](#)





STJ aponta falhas da PGFN e da Receita na transação tributária



STJ propõe veto a execução de alienação fiduciária nos Detrans



A TERRA CEDEU
Município e dono de terreno são condenados por deslizamento de terra



TRUNFO DO CNJ
Para capitais, extinção de execuções estimula inadimplência de



JUROS OSCUROS
Erro em cálculo de juros anula dívidas com a União, decide juíza



PROPÓSITO NEGOCIA
Veto a honorários para quem desist de ação fortalece transações



DUAS VEZES, NÃO
Ministro do STJ propõe veto a honorários duplos em tema tributário



PATRIMÔNIO CRUZADO
Empresários de grupo econômico em RJ não podem ser executados



ALÍVIO PROCESSUAL
Um ano após acordo, TJ-SP consegue extinguir 5,7 milhões de execuções



FORÇA NA TAREFA
TJ de São Paulo dá fim a 4,5 milhões de execuções em 2024



terça-feira
6 de janeiro de 2026

Consultor Jurídico

Pesquisar



CONJUR

Quem Somos

Equipe

Fale Conosco

PUBLICIDADE

Anuncie na ConJur

Anuários Conjur

ESPECIAIS

Especial 20 anos

Especial 25 anos

PRODUTOS

Livraria

Anuários

Boletim Jurídico

Consultor Jurídico 2026. Todos os direitos reservados.
Rua Wisard, 23 – Vila Madalena - São Paulo/ SP - CEP: 05434-080

ISSN 1809-2829

www.conjur.com.br

